



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE ABRIL DE 2.016.**

2 **ATA Nº 03/2.016** - Aos cinco dias, do mês de abril, do ano de dois mil e
3 dezesseis, às 9 horas e 35 minutos, no auditório do curso de arquitetura, do
4 Instituto Federal de Alagoas, campus Maceió, sito na Rua Mizael
5 Domingues, 75 – Centro, nesta cidade, compareceram à nossa reunião
6 ordinária, conforme lista de presença anexa, os seguintes membros: Srs.
7 João Walraven Júnior(TCU), Pedro Guido(ISV), Luiz Antônio Palmeira
8 Cabral(UFAL), Sérgio Sudart(CGU), Fábio Soares Gomes(IFAL),
9 Bernardo Barretto Bastos(APROMAL), Gustavo Henrique de Albuquerque
10 Santos (MPC/AL), José William Gomes da Silva(CGU/AL), José Carlos
11 Castro(MPE/AL) e Sras. Valéria Bezerra(RFB), Leoneide Novais de
12 Melo(ARQUIDIOCESE/MACEIÓ), Helenice Balbino Silva (SINTEAL),
13 Maria Clara Bugarim(CGE), Rosa Maria Barros Tenório(TCE) e Nadja
14 Lúcia de Oliveira Peixoto(UNEAL). **Item 1 da Pauta: Aprovação da Ata**
15 **da reunião anterior** - Esta foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas,
16 após o conhecimento de seu teor por todos os presentes. Em seguida, o Sr.
17 Coordenador manifestou sua preocupação com o andamento do FOCCO,
18 com a baixa frequência dos órgãos, a falta de compromisso, o declínio da
19 adesão dos colegas, principalmente com relação ao combate à corrupção.
20 Todos são atarefados, mas precisamos participar mais e não deixar a chama
21 apagar. Temos que apresentar debates interessantes e fazer cobranças aos
22 órgãos públicos. Que todos tragam matérias importantes para demanda,
23 principalmente dos órgãos e entidades que representam, para atuação dos
24 órgão de controle. Somente a partir dessas discussões conseguiremos
25 avançar. Não podemos deixar cair a atuação do FOCCO e ficarmos
26 desmotivados, disse ele. O Sr. Pedro Guido afirmou que está no DNA do
27 brasileiro a cultura da não participação. A título de exemplo, citou o
28 Parlamento Jovem Universitário que apresenta uma dificuldade muito
29 grande no quesito mobilização. Ressaltou, ainda, a necessidade de se atuar
30 de forma a ter uma maior exposição, através de ações que possam ser
31 divulgadas e disseminadas pela sociedade. No encontro da Estratégia
32 Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA),
33 encontro realizado em Brasília, foi debatida a idêntica situação de
34 esvaziamento dos FOCCOs, em outros estados. O Sr. José Carlos
35 comprometeu-se em retomar as reuniões dos órgãos de controle, visando
36 uma atuação mais intensa e interativa dos participantes. Pediu a todos os
37 presentes que tragam assuntos para serem tratados nos órgãos de controle.
38 Há uma necessidade de enriquecimento da pauta da reunião por todos os
39 membros do FOCCO, concluiu ele. A Sra. Helenice registrou a imposição
40 dos órgãos de controle terem uma participação mais efetiva, juntamente
41 com a sociedade civil, independente de corrente partidária, na busca do



42bem comum e, também, mais cautela nas discussões via whatsapp. **Item 2**
43**da Pauta: Apresentação: “O Controle Interno nos Municípios**
44**Alagoanos” – Exposição Profa. Dra. Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto -**
45A representante da UNEAL, de início, citou que as manifestações no grupo
46dantes mencionado, se encontram adequadas à nossa realidade. Sobre o
47tema, objeto da pauta, disse das dificuldades encontradas em obter as
48informações necessárias para realizar a pesquisa, uma vez que os
49municípios não as disponibilizaram, mesmo após contatos havidos com
50seus gestores máximos. Demonstraram total desinteresse em contribuir para
51a pesquisa. Em seguida, exibiu a análise dos dados coletados, onde fica
52atestado que o sistema de controle interno é incipiente e não utilizado como
53ferramenta de gestão. Concluiu, afirmando, que a existência do controle
54interno visa, tão somente, o cumprimento da legislação do Tribunal de
55Contas do Estado e, por outro lado, que há a conveniência do efetivo
56trabalho dessas controladorias. Sugestão do Sr. Coordenador: Envolver o
57TCE/AL para atuar sobre a situação existente. O FOCCO poderia propor
58intervenções do TCE/AL nos municípios alagoanos. A Sra. Rosa Tenório
59falou da necessidade da apresentação do resultado da pesquisa ao TCE/AL.
60Já a Sra. Clara Bugarim, diante da realidade do Estado e sobre o resultado
61da pesquisa, solicitou que o FOCCO faça propostas ao TCE para construir
62uma instrução normativa, que possa efetivamente ser cumprida. Face as
63discussões e a aprovação da apresentação, ficou decidido o
64encaminhamento de propostas objetivas por meio do FOCCO, para
65aprimorar a Instrução Normativa nº 04/2011, restando a Sra. Nadja Peixoto
66apresentá-las na próxima reunião. **Item 3 da Pauta: Encaminhamento**
67**Publicação Caderno FOCCO** - O Sr. Fábio Soares falou acerca do
68andamento do Caderno do FOCCO sobre o combate à corrupção. Estão
69sendo envidados todos os esforços para viabilizar a publicação do caderno
70no formato e-book. A maior dificuldade é a questão orçamentária. Mesmo
71assim, estão sendo encaminhados formatos e a diagramação, para que tenha
72uma uniformidade entre as publicações, bem como para que, na primeira
73impressão, sejam abordadas as questões sobre as atribuições e
74competências dos órgãos de controle. Há uma previsão de uma edição
75mínima em papel, meio físico. O Sr. José Carlos demonstrou preocupação
76com os destinatários das publicações, para que estas sejam abertas a todos
77os componentes do FOCCO e que possam contar com a participação de
78órgãos de classe e sindicatos. O Sr. Fábio Soares ressaltou a possibilidade
79de convidar especialistas da área para participarem da elaboração do
80caderno. A ideia é lançar o primeiro exemplar no Dia Internacional Contra
81a Corrupção, em 9 de dezembro de 2016. Já na próxima reunião,
82possivelmente, teremos uma proposta das regras sobre as publicações e sua



83 discussão no FOCCO. **Item 4 da Pauta: Encaminhamentos Precatórios**
84– **FUNDEF** - Devido às ausências da AGU e MPF não aconteceu a
85 discussão da pauta nesta reunião. Iremos aguardar uma plenária específica
86 sobre o assunto. O Sr. José Carlos informou que há municípios com a
87 intenção de que, apenas, parte dos recursos seja destinada à educação. A
88 Sra. Helenice defendeu que parcela desses haveres seja também destinada
89 aos professores da época, por causa dos 60% dos recursos que receberam, a
90 menor, em sua remuneração. **Item 5 da Pauta: Informes: (ALE – Portal**
91 **Transparência / Acordo I. Renda); (CNJ); (PJU):** Através da atuação do
92 FOCCO, já aconteceu a tutela antecipada pela justiça, e houve novo
93 diagnóstico pela CGU e CGE sobre a situação do sitio, que não atende a
94 legislação. Esse resultado foi apresentado à justiça para que seja cumprida
95 a Lei pela Assembleia Legislativa. O Sr. Jose Carlos lançou a proposta
96 para que o FOCCO se faça presente na ALE, com a finalidade de
97 sensibilizar novamente acerca do cumprimento da legislação sobre a
98 transparência. O Sr. José William, da CGU, colocou ser inócua a ida, antes
99 de se ter uma decisão judicial, obrigando o gestor da ALE para que cumpra
100 a legislação. Entretanto, o Sr. José Carlos ressaltou a relevância do
101 FOCCO nesse assunto, pois a ALE está gastando em excesso com a defesa
102 de sua imagem, principalmente com relação a transparência, divulgando na
103 sociedade que eles estão cumprindo a legislação. Ficou aprovado que o
104 FOCCO agendará uma reunião com a gestão da ALE. Outra questão da
105 ALE é a do imposto de renda que é retido de seus servidores e membros e
106 que eram destinados a pagamentos irregulares. Existe decisão judicial, no
107 âmbito do TJ, que obriga a ALE a repassar esses recursos para o Tesouro e
108 em caso negativo a SEFAZ reterá do duodécimo, os valores
109 correspondentes aos impostos não recolhidos. A ALE apresentou uma
110 proposta ao judiciário, em que os acertos sobre os pagamentos do imposto
111 de renda retido de seus membros, sejam feitos somente entre o legislativo e
112 executivo, sem a participação do Ministério Público, autor da ação, para
113 postergar o pagamento do imposto devido. Outra informação é que a ALE
114 vem descumprindo o limite legal com gastos de pessoal. o MPE está
115 propondo ação judicial para trazer esse dispêndio aos limites legais. **CNJ:**
116 Representações no CNJ resultaram na movimentação dos processos que
117 estavam parados no gabinete do Presidente do TJ. **PJU:** Os documentos
118 solicitados à Câmara de Vereadores, finalmente, chegaram às mãos do Sr.
119 Pedro Guido, que fará sua análise, juntamente com os Jovens
120 Parlamentares. O Sr. Pedro Guido pediu que os assuntos da comissão de
121 capacitação não sejam colocados no final da pauta, quando seus membros
122 já se encontram extenuados e ansiosos para irem embora. O Sr. Pedro
123 Guido e a Sra. Valeria Bezerra relataram um lamentável episódio de



124hostilidade proferido por um procurador de justiça, no âmbito das
125instalações do MPE, no dia 17 de março de 2016, quando da busca dos
126documentos da Câmara de Maceió. Diante do ocorrido ficou aprovado por
127unanimidade que será feita uma nota de repúdio ao comportamento desse
128membro do MPE, que ofendeu gravemente os membros deste fórum no
129exercício de suas atribuições regimentais, que será elaborada pelo FOCCO,
130a ser encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça para que seja lida na
131esfera do colégio de procuradores. **Item 6 da Pauta: Considerações**
132**Finais** - Próxima reunião deliberada para o dia 3 de maio de 2.016, no
133SINTEAL. Não havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião
134às 12 horas, da qual, eu, José William Gomes da Silva, Secretário Ad hoc,
135lavei a presente Ata, que vai, também, assinada pelo Sr. Coordenador e
136demais membros presentes à reunião.

137

138

139

José Carlos Castro
Coordenador.

140

141

142

José William Gomes da Silva
Secretário

143

144

145

João Walraven Júnior
TCU

146

147

148

Pedro Guido
ISV

149

150

151

Luiz Antônio Palmeira Cabral
UFAL

152

153

154

Sérgio Sudart
CGU

155

156

157

Fábio Soares Gomes
IFAL

158

159

160

Bernardo Barretto Bastos
APROMAL

161

162

163

Gustavo Henrique de Albuquerque Santos
MPC/AL

164



166	Valéria Bezerra
167	RFB
168	
169	Leoneide Novais de Melo
170	ARQUIDIOCESE/MACEIÓ
171	
172	Helenice Balbino Silva
173	SINTEAL
174	
175	Maria Clara Bugarim
176	CGE/AL
177	
178	Rosa Maria Barros Tenório
179	TCE/AL
180	
181	Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto
182	UNEAL